

Coleção Soluções de Direito Administrativo

LEIS COMENTADAS

SÉRIE I – Administração Pública

FABRÍCIO MOTTA
IRENE PATRÍCIA NOHARA

LINDB NO DIREITO PÚBLICO

Lei 13.655/2018

COORDENAÇÃO

Irene Patrícia Nohara

Fabício Motta

Marco Praxedes

VOLUME

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

FABRÍCIO MOTTA E IRENE PATRÍCIA NOHARA
LINDB NO DIREITO PÚBLICO – LEI 13.655/2018
COLEÇÃO SOLUÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO: LEIS COMENTADAS
SÉRIE I – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

VOLUME 10

IRENE PATRÍCIA NOHARA
FABRÍCIO MOTTA
MARCO PRAXEDES
COORDENAÇÃO

© desta edição [2020]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO
Diretora Responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com
e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com
Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso eComm
www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [11-2019]

Profissional

Fechamento desta edição [04.10.2019]



ISBN 978-85-5321-954-4
ISBN da Coleção 978-65-5065-009-4

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	5
SOBRE OS COORDENADORES.....	7
SOBRE OS AUTORES	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO.....	19
LEI Nº 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018.....	23
ART. 20.....	23
1. Novo vocabulário da LINDB ao direito público.....	23
2. Consequencialismo na decisão	28
ART. 20, PARÁGRAFO ÚNICO.....	34
1. Motivação: transformações na disciplina legal.....	34
2. Arbitrariedade que se esconde na “motivação genérica”: palavras mágicas ou “katchangas reais”	43
3. Motivação na disciplina do decreto que regulamenta a LINDB	44
ART. 21.....	48
1. Consequências e Ponderação do Impacto na Invalidação	48
2. Invalidação, Convalidação e Modulação de Efeitos	49

ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO	55
1. Condições de Regularização.....	55
2. Recomendações do Ministério Público de regularização de conduta.....	56
ART. 22	60
1. Primado da Realidade na Gestão Pública	61
2. Respeito do controlador à discricionariedade do gestor	64
ART. 22, § 2º	70
1. Individualização da sanção.....	70
2. Direito sancionador: diálogo e influência entre áreas	71
ART. 22, § 3º	73
1. Dosimetria das Sanções de mesma Natureza.....	73
2. Debate sobre sancionamento por Códigos de Ética diante do Estatuto do Servidor	74
ART. 23	78
1. Regime de Transição.....	78
2. Requisitos do Regime de Transição.....	79
ART. 24	80
1. Segurança Jurídica	80
2. Orientações Gerais.....	84
ART. 25	85
1. Veto à ação declaratória de validade de ato e contrato.....	85
2. Questionamentos levantados ao teor do dispositivo vetado.....	86
ART. 26	87
1. Consensualidade e compromisso com os interessados	87
2. Processo de Celebração de Compromisso.....	89
ART. 27	90
1. Compensação.....	90
2. Caminho de justiça negocial nos processos administrativos.....	91
ART. 28	92
1. Responsabilidade dos agentes por decisões ou opiniões técnicas.....	92

2. Abrangência para improbidade e para responsabilidade civil do agente público	96
ART. 29	97
1. Consulta para edição de atos normativos.....	97
2. Consulta pública na edição de ato normativo de agência reguladora.....	99
ART. 30	100
1. Segurança jurídica na aplicação das normas.....	100
2. Auto-vinculação administrativa pela via das súmulas editadas.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
LEI 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018	107
DECRETO-LEI 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942	111
ENUNCIADOS DA LINDB E IMPACTOS NO DIREITO ADMINISTRATIVO – IBDA TIRADENTES 2019	119
FACILITANDO SEU ESTUDO	123